

Religião e Cultura

Gerardo José de Pontes Saraiva¹

Introdução

O mundo em que vivemos não é mais como aquele onde viveram nossos antepassados, nossos avós, as gerações que sempre nasceram e se criaram, cercados dos símbolos, dos sinais e das afirmações da fé cristã e – mais do que isso – católica. Hoje vivemos num mundo onde a religião muitas vezes desempenha mais o papel de cultura e força civilizatória do que propriamente de credo de adesão que configura a vida. Mais ainda: vivemos num mundo plural em todos os aspectos e termos. Desejamos dizer com isso que a pluralidade advinda da globalização afeta não apenas os terrenos econômico e social, mas igualmente os políticos, culturais e também religiosos.

Em nossos dias as pessoas nascem e crescem no meio de um mundo onde se cruzam, dialogam e interagem de um lado o ateísmo, a descrença e/ou a indiferença religiosa, e de outro lado várias religiões, antigas e novas, que se entrecruzam e se interpelam reciprocamente. O Cristianismo histórico - e, portanto, também e não menos a fé e a religião em geral - encontram-se no epicentro desta interpelação e desta pluralidade.

Hoje assistimos à privatização da vida religiosa, que vai de par com a autonomia do homem moderno, diferente da religiosidade que regia o mundo teocêntrico medieval. Cada um compõe sua própria *receita* religiosa e o campo religioso passa a assemelhar-se a um grande supermercado assim como também a um *lugar de trânsito* onde se entra e se sai. A modernidade não liquidou com a religião, mas esta ressurgiu com nova força e nova forma, não mais institucionalizada como antes, mas sim plural e multiforme,

¹ Cel (Rfm) do Exército, do Quadro de Engenheiros, Mestre em Engenharia Civil e Doutor em Ciências. Coordenador da Divisão de Assuntos de Ciência e Tecnologia da Escola Superior de Guerra.

selvagem e mesmo anárquica, sem condições de voltar a sua configuração pré-moderna.

O ser humano que viveu a crise da modernidade, ou que nasceu em meio ao seu clímax, e já nada em águas pós-modernas, diferentemente do adepto da religião institucional, que adere a uma só religião e nela permanece; ou mesmo do ateu ou agnóstico, que nega a pertença e a crença em qualquer religião é como um *peregrino* que caminha por entre os meandros das diferentes propostas que compõem o campo religioso, não tendo problemas em passar de uma para outra, ou mesmo de fazer sua própria composição religiosa com elementos de uma e outra proposta simultaneamente.

A experiência religiosa hoje, portanto, é constantemente desafiada a inculturar-se incessantemente, ou seja, a entrar incessantemente e a dizer-se dentro de uma nova matriz cultural. Nessa tentativa, defronta-se hoje com uma outra face que convive lado a lado com a da secularidade moderna, geradora da suspeita e do ateísmo, onde a Transcendência está submetida à constante e incessante crítica da razão e da lógica iluminista. E esta outra face é a face da pluralidade. Face esta que, por sua vez, implicará a existência de uma interface: a das diferentes tentativas do diálogo inter-religioso, da prática plurireligiosa e da religião do outro como condição de possibilidade de viver mais profunda e radicalmente a própria fé.

1 – Religião

O que é Religião

Poderemos nos referir a *religião*, partindo de uma definição do tipo: *religião é uma organização de fiéis com uma mesma fé*. Outros, poderão dizer que *religião é uma forma de organizar a fé, a partir dos fundamentos dados por alguém especial*. Há, também, muitos que defendem a religião como sendo *uma forma de conduzir a vida segundo uma lei especial, de fundamento divino*, e não raro, muitos dizem seguir *a palavra de Deus*, e que esta *palavra*, foi expressa por um profeta, santo ou sábio. Também há os que

defendem a religião *como sendo uma posição oposta ao profano*, e onde a religião seria, então, uma maneira de delimitar aquilo que é do mundo (mundano), e aquilo que é Divino. Contudo, como bem escreve Mircea Eliade, *É quando se trata de delimitar a esfera da noção de sagrado que as dificuldades começam*. Simplesmente porque o que é sagrado para uns, pode ser profano para outros. Se a linguagem que alguém ou um grupo social utiliza para expressar o sagrado nos é estranha, e os que são estranhos morais para nós tendem a ser considerados diferentes de nós - quem sabe sejam até mesmo considerados inferiores - então eles estão fora da *nossa salvação*. E mesmo entre devotos de uma religião comum, como no exemplo da Católica, há formas diferentes de expressar a cristandade, seja num país, ou noutro. Ainda, há os que falam de religião a partir do seu provável étimo, ou significado dado na própria palavra: *religare*=religar. Apesar de a noção filogenética da palavra já estar hoje comprometida pelo uso, poderemos ver que *religião* tem um sentido de coletividade moral (os romanos falavam em *correligionários*, àqueles que pertenciam a uma mesma legião do exército). Por outro lado, ainda que a religião seja um fenômeno coletivo, ela se realiza na individualidade, no universo íntimo da pessoa, e, aqui, esta *realização* é inefável.

Vendo, portanto, que religião trata-se de um fenômeno universal, e que é a maneira como as pessoas buscam - quem sabe, encontram - uma resposta para a inefável dimensão do transcendente, podemos perceber que religião é, na realidade, uma forma de linguagem, ou modo de expressar em sinais um sentimento religioso coletivo, e do qual temos alguma *tradução*. Além do mais, poderemos falar em *metalinguagem*, quando nos referimos a algum aspecto especial e particular dentro de uma religião em especial. A compreensão da religião como linguagem, nos mostra claramente que há diferentes níveis de entendimento dentro de uma religião, quem sabe, aqui se aplique a idéia natural de hierarquia e amadurecimento religioso, configurado no tempo que alguém está engajado numa atividade religiosa, e que pratica os seus fundamentos, e onde os mais antigos na fé tendem a conhecer melhor a *linguagem* da própria religião, e, assim, são os baluartes daquela fé.

Religião e linguagem

Tomemos mais alguns exemplos que corroboram esta reflexão, partindo de uma comparação. Uma profissão, seja qual for, alia conhecimento teórico e prático na sua realização. Uma religião também. A teoria está na base do exercício da ação profissional; a teoria permanece em *ponto morto*, como que num estágio de latência, quando alguém exerce uma atividade respaldada nela. Uma religião também. Alguém não pode tão somente realizar a parte teórica de uma profissão (a não ser que atividade seja eminentemente teórica, o que será difícil de encontrar), deverá, também, realizar a parte prática, para a devida capacitação e aprimoramento da sua atividade. Numa religião, também teoria e prática devem seguir juntas.

Ainda sobre o exemplo dado, poderemos deduzir, com toda a tranqüilidade, que a parte prática foi sempre anterior à teórica em qualquer ciência (que é uma forma de linguagem, também). Tanto numa ciência empírico-formal como a Química, a Física, etc; bem como na ciência do sentimento religioso, toda a teoria nasce para explicar, de forma organizada, uma ação praticada anterior e regularmente, e que mais ou menos se repete. Assim como as ações se modificam - porque se acomodam a um princípio de economia, as teorias também e a articulação prática se modificam ao longo do tempo. Por exemplo, ao lermos alguns livros de semiótica médica, de um século atrás, veremos teorias que hoje nos são absurdas. Mas elas fizeram parte da prática médica do passado, e eram tão respeitadas como as que hoje temos como certas e seguras. Exemplificando, quando se dizia que o problema da febre era causado pelo excesso de sangue em movimento, então que se deveria tirar uma boa quantidade para melhorar o *humor* pelo controle do *fleugma*, tentava-se estabelecer uma relação de causa e efeito, tendo em vista dar uma resposta para o problema da febre, nascida por sobre uma hipótese teórica, que então queria se fazer realizar. Junto com as tentativas e teorias surgem as palavras, e elas tentam dar respostas e definições concretas para o mundo, defender e posicionar as hipóteses.

A palavra faz a coisa existir

Durante o período Nominalista clássico, principalmente na Grécia antiga, havia quem defendesse que a palavra dava existência a uma coisa. No diálogo *Crátilo*, Platão, nomeando a autoria a Sócrates, desenvolve um discurso no sentido de defender que a palavra, em si mesma, é tão concreta como a realidade da coisa. Lucrécio, por sua vez, escrevera que “*A natureza obrigou os homens a emitir os vários sons da Linguagem e a utilidade levou a dar a cada coisa o seu nome*”. O fundamento *utilitarista* da linguagem não é, de modo algum, uma idéia em desuso. Está tão ativa que pode ser percebida com muita clareza nos slogans e campanhas publicitárias dos grandes *shopings centers* das cidades. Há todo um linguajar que é jogado com o propósito de incrementar vendas. *Torpedos, clics* são palavras que têm hoje um sentido diferente do que tinham não faz muito tempo. A língua se adapta ao econômico, e este tem por fundamento o critério da *utilidade*, a ponto de Willian James, considerado o papa do funcionalismo, defender que uma coisa “... tem valor enquanto é útil”. De modo coincidente com esta idéia, a *palavra* que não mais tem utilidade num determinado tempo, cai em desuso; pelo menos com relação a um sentido e, assim, passando a ter outro. Por conseguinte, segundo esta idéia, uma coisa sequer teria existência concreta se não tivesse um nome. Outro exemplo interessante, diz respeito ao nome de uma pessoa. Durante muitos milhares de anos, que antecederam os nossos dias atuais, as pessoas que nasciam ficavam conhecidas pela atividade que seus pais exerciam, depois que elas mesmas realizavam, ou então pela zona ou região onde moravam. A exemplo, chamava-se alguém de *filho do carpinteiro, filho do pedreiro*, ou seja, nomeava-se alguém pela atividade ou ofício, e assim sua prole. Todos nós poderemos, por pressuposto, saber que *Tales de Mileto*, diz respeito a uma pessoa que vivia na cidade de Mileto, e que tinha o nome de *Tales*; havia muitos *Tales*, mas o de *Mileto* especifica melhor de quem se falava. Naquela óptica, seus nomes eram mais parecidos com *mapas* sinalizadores de referência, do que uma identificação pessoal tal como hoje temos numa *certidão de nascimento*. Com o passar dos anos, as pessoas foram se “*individualizando*”, ou seja, foram se separando

da identidade funcional do grupo ao qual pertenciam originalmente e, assim, foram ficando mais ou menos independentes. Mas o sentimento familiar, com o direito do uso do nome (direito patronímico), ainda é forte entre nós. O nome, também, pode servir de ostentação e prestigiar posição social, engajamento, etc. Veja-se que nós colocamos a palavra “individualizando” entre aspas, devido ao fato de que a expressão é derivada de *indivíduo*, palavra que tem no seu étimo o sentido de *indiviso*, ou seja, *inseparável do grupo a que pertence*. E este *grupo* trata-se daqueles iguais morais de que somos parte. Não raro, filósofos como Aristóteles, se definia o *homem* (no seu sentido genérico de humanidade) como sendo um ser político (que vive na polis). Portanto, segundo aquela visão, é da natureza do homem viver em comunidades, nas quais está mais ou menos engajado no seu mínimo ético ou num ethos (que dá legitimidade à moral local), necessário à convivência. Então, língua e sociedade se tornam partes. Com a religião não é diferente. As pessoas pensam e expressam o mundo pela sua língua, e a religião também. Por isso, é que nos foi bastante comum (e am algumas áreas ainda do é), vincular a autenticidade de uma escritura religiosa $\frac{3}{4}$ e uma religião $\frac{3}{4}$ com a língua em que foi escrita originalmente, pelo seu fundador ou fundamentador. Assim, está claramente expresso nos textos dos Judeus, que defendem o Hebraico ou o Aramaico como línguas autorizadas, a ponto de alguns judeus nem mesmo se permitirem grafar a palavra *Deus*, porque seria inefável, e, ao mesmo tempo, um sacrilégio falar no nome de Deus; isso seria um *pecado* contra o Seu nome, uma vez que alguém O grafe. Por isso, louva-se o *Seu Nome*, mas não se O expressa. Neste sentido, dizer o nome de Deus é o mesmo que ter Deus na língua, e este ato o *profanaria*, (lat. *fanare*= cortar, dividir).

Língua e linguagem

Uma diferenciação entre língua e linguagem é necessária. Poderemos dizer, resumidamente, que língua se trata de um conjunto organizado de *signos lingüísticos*”. Mas a clara distinção entre língua e linguagem nos foi dada por Ferdinand de Saussure, que disse que “Língua é um conjunto dos costumes lingüísticos

que permitem a um sujeito compreender e fazer-se compreender”, **(Saussure, 1916, pg. 114)** portanto, percebemos claramente que língua supõe uma “massa falante”, que faz parte da realidade de uma determinada sociedade. Esta realidade, por pressuposto, está contextualizada num tempo, num lugar e numa determinada circunstância. Por isso, amplia-se o conceito de língua referindo-se a ela tendo dois aspectos importantes: 1) o histórico, e 2), o artificial. No primeiro aspecto, a língua diz respeito a uma massa de falantes, numa comunidade histórica, como o italiano, o francês, o inglês, português, etc.; no segundo aspecto, temos creditado uma *competência específica*, pertencente a um grupo distinto (e que poderá estar dentro do grupo histórico), que tratam de técnicas particulares, e que às vezes são também chamadas de *linguagem*, como no caso da Matemática, da Ciência Jurídica, Biologia, Física, etc. Mas numa análise objetiva, língua é a forma como alguém expressa verbalmente o que sente, deseja e quer, numa determinada sociedade, num tempo, num lugar e numa circunstância.

Já a linguagem, se diferencia da língua até mesmo pelo fato de poder ser não verbal. Por exemplo, alguém pode se expressar pela linguagem de sinais numa determinada língua. Contudo, linguagem pode ser melhor entendida se considerarmos como sendo o uso dos sinais intersubjetivos. Isso quer dizer que se trata de sinais que nos permitem que nos comuniquemos, interagindo pensamentos e ações.

Ferdinand Saussure dizia que, *“A língua é um produto social da faculdade da Linguagem, e ao mesmo tempo, um conjunto de convenções necessárias adotadas pelo corpo social para permitir o exercício desta faculdade junto dos indivíduos. Tomada em seu conjunto, a linguagem é multiforme e heteróclita; por cima de domínios diversos – aquele físico, aquele fisiológico e aquele psíquico $\frac{3}{4}$ ela pertence também ao domínio individual e ao domínio social; não se deixa classificar em categoria alguma de fatos humanos porque não se sabe como determinar a unidade”*. Quando, contudo, tomamos a religião como uma linguagem ou forma de expressar o sentimento religioso e sua relação com o divino, nós temos uma linguagem quase tão específica como chamamos a língua no seu sentido *artificial*. Na religião, há todo um conjunto muito particular de sinais para expressar

seus valores ou um sentimento religioso. Religião é paradigma e pragmática fundamentada na axiologia da linguagem. Por exemplo, a palavra *Deus*, entre as diversas religiões, pode ser expressa de muitos modos. Mesmo dentro de uma mesma religião poderá ter nomes diferentes: Allah; Jeovah, Javeh, Vishnu, Siva, Devi, Jesus, Cristo, Senhor, Supremo, Brahman, Olorum, Tupan, etc. (provavelmente não terei citado alguns milhares de outros nomes atuais). Mas Deus teve muitos nomes que caíram em desuso, sem no entanto ter deixado de ser um fenômeno de linguagem. Nomes como Zeus, Annah, Baal, El, etc., já se tornaram mitos, e alguns se deformaram em sentido, de tal maneira a inverterem o significado, de bem, passaram a mal. Apesar disso, aqueles nomes todos são expressões diferentes para um mesmo objeto material, ou seja, Deus. Contudo, a palavra que expressa o Senhor Supremo, nas diversas religiões, carrega em si a linguagem religiosa em si mesma. A religião está carregada de sinais, e uma análise semiótica destes sinais passa por uma quase que irremediável vivência intrínseca para que se possa compreender a sua dimensão e profundidade. No mais das vezes, como meros expectadores, poderemos mais interpretar do que de fato dizer o que observamos. Isso porque, pensamos e vemos e representamos o mundo como nossa língua, e nossa língua está irremediavelmente comprometida com o ethos ou modo de ser social em que vivemos. Quando dizemos *nosso mundo*, dizemos é a forma como vivemos nossa linguagem. Xenófanes de Colofão (570-475 a.n.e²), disse certa feita que, “... se os bois, os cavalos, e os leões, tivessem mãos ou se fossem capazes como os homens de pintar obras com as mãos, os cavalos como os cavalos, os bois como os bois, pintariam o aspecto dos deuses, e fariam o corpo deles tal qual cada um deles o têm” (Fragmneto, 15). Isso porque *pintamos* (linguagem) Deus, e Suas façanhas segundo nossas próprias experiências e percepção de mundo.

Língua, Linguagem e Religião

“Quando dizemos *nosso mundo*, dizemos é a forma como vivemos nossa linguagem”.

² A. N. E. significa antes de nossa era

Veja-se que o mesmo acontece com a grande maioria das religiões, ou que durante um bom tempo em séculos, manteve-se fiel no sentido de preservar a língua original de uma religião: árabe para a religião muçulmana; sânscrito para o “hinduísmo”; latim para o cristianismo católico (paradigma rompido por Lutero); hebreu no Judaísmo; yorubá na religião Afro, e assim por diante. Como vimos, religião é linguagem; e linguagem num tempo, espaço e circunstâncias sociais. Portanto, fica-nos claro entender que entre os devotos da religião Afro, haverá todo um expressar de sentimento religioso peculiar, mesmo numa linguagem nem sempre verbal, mas que poderemos ver na vestes, na ritualística, e em todo um aparato que acompanha a parafernália religiosa Afro, realizada pelos seus seguidores. Observa-se o mesmo em qualquer religião. Cada uma das religiões terá um conjunto de sinais, e forma de expressar-se, tornando-se necessário entender toda a sua abrangência axiológica, tal qual faz um lingüista diante do estudo de uma língua, e um exegeta diante de um texto sagrado. Devemos contextualizar a religião numa determinada língua e linguagem, uma vez que aquela é uma forma de expressar sentimentos coletivos circunstancializados.

Resumindo, podemos dizer que o fenômeno religioso é peculiar à humanidade. Assim como todos precisam comer para poder se manterem vivos, a busca pelo sagrado é tão essencial como o alimento. Hegel, em *Princípios da Filosofia do Direito*, no §º 270, diz que “Religião é a relação com o Absoluto na forma do sentimento, da representação, da fé; e no seu centro, que tudo compreende, tudo está somente como algo accidental e evanescente”. Língua e linguagem são fatores tão importantes na sociedade humana, que há quem diga que o aquilo que diferencia uma pessoa humana de uma pessoa não humana é a linguagem. Não é possível expressar um sentimento religioso sem uma linguagem, ainda que esta seja não verbal. Religião é uma forma de linguagem, profundamente contextualizada num determinado tempo, lugar e circunstâncias. Ainda que os tempos passem, e o nome e a relação para com o transcendente modifique-se a cada era, a tentativa de ligação com o transcendente sempre se fez presente na história da humanidade. Religião é um fenômeno humano, puramente humano, porque

somente nós humanos somos capazes de uma linguagem que expresse nossa imanência e transcendência para com o inefável Absoluto. Se o Absoluto é inefável, d'Ele não se pode afirmar nada em Absoluto (quem sabe, então, adote-se a máxima de Heidegger: "Do que não se pode falar é melhor calar", ou "o ser se diz de muitas maneiras, mas nenhuma maneira diz o ser"), sem que caiamos numa contradição performativa . Portanto, entender o fenômeno *religião* como linguagem nos torna mais aptos a compreender os estranhos morais, e como eles vêem e expressam o transcendente, e vivenciam a sua religião.

A incrível Religião do Individualismo

Vivemos numa sociedade competitiva, de mercado, periférica ao capitalismo central, subdesenvolvida econômica e espiritualmente que só consegue encontrar *saídas*^{3/4} raras, raríssimas ^{3/4} para indivíduos. E o indivíduo que consegue libertar-se, não raro desonestamente, de toda a opressão imposta, tende a reificá-la transformando-se em opressor também. E esta secular e perversa estrutura individualista se reproduz como um câncer, obliterando a razão, as emoções e os sentimentos das pessoas. Quer-se, acima de tudo, o *bem* para si próprio - seja lá o que for que isto signifique dentro de um contexto humano! Raramente se pensa ou se trabalha em prol da coletividade, e isso mesmo dentro do meio político, com situacionistas e oposicionistas acusando-se mutuamente de utilização privada do espaço público!

Como regra geral as pessoas buscam individualmente uma saída qualquer para a escravidão, a miséria, a loucura em que o século XX se enfiou. Em sua luta individual pela libertação, o homem se esquece de fatores fundamentais, como o fato de haver mais gente em igual situação e a ação coletiva tenderia a ser muito mais eficaz que a busca solitária.

Ou há liberdade para todos ou ela não existe de todo!

As poucas liberdades individuais conseguidas em raríssimas ocasiões são aquelas em que o *prego* passa a ser martelo mas a

pancadaria continua. Que *liberdade* é essa, afinal?

Além desta loucura institucionalizada, há mais, talvez até em decorrência disto: clientelismo, analfabetismo, desemprego, frustrações, ignorância, prostituição, violência, miséria... Para onde se volte o olhar, vemos o mesmo quadro. Estamos devastando o mundo, agredimos a natureza e agredimos a nós mesmos ao agredirmos outras formas de expressão da natureza além da sociedade humana.

A sociedade industrial encontra-se aparatada para estraçalhar a vida, que, apesar de tudo, segue subversivamente existindo, vivendo, amando. O tremendo e quiçá inconsciente suicídio coletivo que a sociedade humana está em vias de cometer e foge à percepção da maioria é de tal modo absurdo que mal dá para acreditar! Desta maneira, encontrar uma forma de inserção social no mundo que agrida o menos possível o que de mais inocente e nobre existe em cada um é difícilimo, mas fundamental.

O homem, já nos aponta José Carlos Mariátegui em *O Homem e o Mito* é um *animal metafísico*: não se vive fecundamente sem uma concepção metafísica de vida. Estou convencido de que a forma de inserção no mundo que todos temos, como pulsão básica a reger nossas vidas, como uma alternativa ou probabilidade de saída da loucura, é a religião em seu sentido mais sublime.

Há a religião cristã, a muçulmana, a judaica, a hindu, a budista... Há também a *Incrível Religião do Individualismo* que, hoje, conglomerava o maior número de seguidores jamais imaginado como possível! Enfim, quando os homens defendem seus pontos de vista frente a outros homens, freqüentemente utilizam-se do artifício de *disfarçar* o nome da proposta para não assustar seu ouvinte. Com a proliferação das seitas pseudocristãs, do tipo *tempo é dinheiro*, há aqueles que pregam coisas como: *Não é religião, é Cristo!* Os defensores da incrível religião individualista apresentam-se, de fato, em seus discursos anti-humanistas como *defensores da livre-iniciativa*. No ritualismo demente da Incrível Religião do Individualismo, o burguês médio acende uma vela para si mesmo e outra para Mammon.

Aquele que, contra a natureza, correu sozinho até a liberdade, agrediu tanto a sua própria alma que hoje precisa de um *médico de almas*. E a religião individualista apresenta orgulhosa seus novos

sacerdotes: é o psicólogo, o psicanalista, o psiquiatra, psi... E o poder individual, o *Führerprinzip* da sociedade moderna encontra plenas justificativas aqui nestas novíssimas ciências. Ainda assim há o homem. O ser humano natural, sepultado debaixo de grossas camadas de hipocrisia com que se protege do seu próprio medo e do ódio dos demais. Por trás disso tudo não há mais que uma criança inocente, boa, alegre mas muito assustada. O homem natural busca satisfações naturais a seus anseios naturais.

A cultura, saber coletivo, é tão natural para o homem quanto sua herança genético-biológica. O desvio da cultura (saber coletivo) *para dentro* é tão incrivelmente despropositado quanto as guerras. Já temos tantos problemas na domesticação da natureza, na humanização das forças naturais que o desvio das considerações intelectuais humanas na direção da destruição tecnológica de outros seres humanos é, evidentemente, um despropósito!

A criação ou o surgimento de uma cultura individualista é uma fantástica contradição, só crível porque existente. Pior: hegemônica!

Urge superar a violência da sincrética religião burguesa/individualista e criar um mito novo, fundado no Amor, na livre imaginação, nos sonhos e na Verdade. Isto só pode fazer sentido, claro, numa atuação coletiva em busca de uma nova forma de convivência social que liberte os seres humanos do medo e do ódio, fundando novas formas de relacionamento que abalarão até os fundamentos de uma sociedade assim absurda!

Na sociedade do futuro, fraternidade, liberdade, igualdade serão mais do que meras bandeiras levantadas por escassos idealistas ou mesmo por intelectuais que sequer conseguem sair da academia para a rua em busca de unir-se ao povo em suas justas reivindicações. Na sociedade do futuro, o bem-estar físico e mental de todos os seres humanos do planeta estará erguido à posição prática coletiva daquilo que se pode chamar, com licença da Teologia da Libertação, de *Construção do Reino de Deus na Terra*.

Religião e Ideologia

Os recentes acontecimentos que abalaram os Estados Unidos e o mundo têm dado ocasião para as mais variadas opiniões,

sendo algumas delas totalmente desprovidas de equilíbrio e bom senso. Os sentimentos vão do pavor ao regozijo. A espécie humana perdeu a razão? Às vezes parece que a resposta seria afirmativa. Porém, ainda que os enlouquecidos sejam da raça humana, não é a raça humana que enlouqueceu. Refletindo com calma, não penso que esses atentados abomináveis sejam fruto da luta entre o bem e o mal ou entre oprimidos e opressores, como muitos simploriamente pensam. É a luta entre duas maneiras de ver o mundo e o homem no mundo. É o confronto entre duas culturas diferentes e que a globalização nada mais faz do que deixar ainda maiores as diferenças.

Na tentativa de compreender, e não justificar, é preciso lembrar o significado de filosofia, ideologia e religião. Três sistemas de conhecimento que, muitas vezes, se misturam, se confundem e criam conflitos desastrosos para o mundo.

A filosofia se apresenta como uma maneira de ver o mundo e as coisas com base num conjunto de idéias que estão sempre abertas em busca da verdade, aceitando questionamentos. Uma boa filosofia não envelhece, não se impõe, mas propõe. Já a ideologia, que se apresenta como um sistema de representações para ver o mundo, se apresenta como um sistema que não admite questionamentos. Ela, só ela, se dá o direito de questionar e impor seus conceitos, sem discussão. É um sistema fechado. Os líderes comandam, os militantes obedecem. Se na filosofia há uma tendência em se moldar na busca da verdade, na ideologia há uma tentativa de moldar as coisas e os humanos a seus princípios, num total desrespeito pelos outros.

As raízes da religião se encontram na razão humana simplesmente. Ela faz apelo às outras fontes. Oriunda do verbo latino religare, que significa atar, unir, a palavra religião significa o ato de religar o mundo visível com o mundo invisível, onde estão forças poderosas e misteriosas cujas boas graças é preciso assegurar. A religião pode também ligar os seres humanos entre si, num grupo, propondo-lhes leis e valores comuns, dando-lhes um modo de crer e de agir.

Quando a religião ocupa o lugar da filosofia e se torna ideologia, a partir desse momento as convicções, que deveriam ter

fundamentação sustentável, na verdade, passam a ser pontos de vista puramente subjetivos. Está aqui o terreno fértil para o nascimento do fundamentalismo que incrementa fanatismos. Determinados pontos de uma religião são tomados isoladamente. Todas as religiões se apresentam como verdadeiras. Mas em nenhuma delas está escrito que devem ser impostas à força. Ser muçulmano não é ser violento, intolerante e terrorista. O Islã é uma religião muito simples. Não abriga liturgias complicadas. Não é intelectualizada. Ela toca muito de perto os sentimentos e o coração. É uma filosofia de vida muito prática.

A origem disso está no milenar antagonismo entre a cultura oriental e a cultura ocidental. A cultura oriental é muito mais antiga e sempre esteve muito ligada à religião. Já a cultura ocidental, mais nova, está muito mais ligada aos valores materiais. É uma cultura para os olhos e para o tato e não para o espírito. Os orientais procuram encaixar o mundo dentro de suas convicções religiosas. Os ocidentais procuram encaixar as coisas do espírito dentro da realidade material. Ora, os fanatismos nada mais fazem senão aumentar essas diferenças. Acrescente-se a isso tudo uma dose de falta de sensibilidade diplomática, prepotência, arrogância de poder e teremos os ingredientes que podem causar desgraças do porte daquele dia 11 de setembro de 2001, nos Estados Unidos.

Como cristão, não posso me conformar com a violência e nem com a vingança. O ódio jamais serviu para construir o que quer que seja. Ódio, orgulho e prepotência são agentes de morte e dor. É preciso cultivar o respeito e o diálogo, despedindo-se de ideologias ou crenças fanáticas e procurar, a partir de então, rumos de entendimento em que o ser humano seja realmente respeitado em si mesmo para quem não crê e como imagem e semelhança de Deus para aquele que crê.

2- Cultura

É mister partir de uma definição prévia de *cultura*. Não se entende aqui por cultura uma espécie de decoração do espírito por um conjunto de conhecimentos literários, artísticos, científicos, a qual podem permitir-se os que têm acesso a certos níveis de

educação e que os transforma nos chamados *homens cultos*. A palavra cultura tem hoje um significado bem mais amplo. Designa o conjunto das normas de conduta vigentes em determinado grupo, relativo ao fazer, viver e ao conviver.

*Uma cultura é a configuração da conduta aprendida e dos resultados desta conduta, cujos elementos são partilhados e transmitidos pelos membros de uma sociedade.*³

Fazem parte desta configuração a cultura material, que se exprime nos objetos que fabricam e utilizam os membros de um grupo, bem como os modos de fabricá-los. A cultura compreende também as atitudes, o saber e os sistemas de valores que se observam no grupo. Esta é uma dimensão espiritual. Ambos os elementos estão em relação íntima:

“As obras da cultura material expressam sempre uma *espiritualização da matéria*, uma submissão do elemento material às forças espirituais do homem...Por outra parte, as obras da cultura espiritual manifestam de forma específica uma *materilização do espírito*, uma encarnação do que é espiritual. Parece que nas obras culturais esta dupla característica é igualmente primordial e permanente. João Paulo II, *Discurso à UNESCO*, 8, 2/6/1980).

Toda cultura implica uma criação a nível familiar, econômico e político, bem como uma expressão simbólica. Procriar filhos, produzir artefatos, criar instituições, não são atividades puramente biológicas ou técnicas. Todas têm um sentido que se transmite pela atividade didática, artística, criativa e religiosa.

Por este motivo, a destinação de toda cultura é levar à liberdade, entendendo por liberdade a capacidade específica do homem de superar-se a si mesmo infinitamente e de entregar-se ao outro na reciprocidade; quer dizer, abertura ao invisível e abertura ao outro.

³ BOTTOMORE, T. B., Introdução à Sociologia, 1967.

A fé não faz parte da cultura. Não pertence a nenhuma cultura. Porém, só pode exprimir-se dentro de uma cultura, através de uma inserção que significa *a constante renovação e transformação evangélica da cultura*. (Puebla, 395).

Ameaças às Culturas

Uma primeira ameaça provém da multiplicação das relações e de seus efeitos, por ocasião do encontro de culturas. Quando as maiores distâncias são vencidas em algumas horas de viagem, quando centenas de milhões de homens contemplam a mesma imagem, no mesmo momento, através da televisão, as culturas se interpenetram e se modificam progressivamente. É cada vez menor o número de espaços culturais isolados.

Isso não significa uma inevitável tendência à uniformização das culturas. Diante do mesmo espetáculo, os homens de cada cultura reagem de forma diversa. É desejável a conservação de uma múltipla e rica pluralidade de culturas.

A principal ameaça contra as culturas não provém do entrelaçamento das mesmas, o qual pode significar um enriquecimento mútuo, mas da dominação de uma cultura sobre as outras. Provém sobretudo da irresistível atração de uma cultura tecnológica que significa mais um processo de desculturação do que um desenvolvimento cultural.

Deve-se, portanto, distinguir duas agressões distintas:

1ª) – A ameaça contra as culturas indígenas

Esta ameaça provém do impacto exercido sobre elas pela força ou pelo prestígio de outras culturas. Na América Latina, este fenômeno teve lugar na época da conquista. Espanhóis e portugueses muitas vezes eram levados a destruir as culturas dos povos indígenas por eles chamados de bárbaros. Trataram de impor sua língua, sua arte, sua religião. Não há diferença essencial entre as obras culturais da colônia e as dos países de origem dos conquistadores.

Entretanto, a destruição não foi completa. Subsistem ainda, especialmente no México, Guatemala, Equador, Peru e Bolívia, populações inteiras que conservam seus idiomas, seus costumes, seus artefatos, seus trajes típicos, suas festas, seu artesanato, que constituem elementos de criação artística.

Em outras regiões, observa-se uma certa miscigenação cultural, vale dizer, um certo sincretismo. Dentro de uma cultura dominante, que é a dos conquistadores, observam-se traços da cultura dominada, certos costumes que permanecem mais ou menos clandestinamente. Na fé cristã, professada por todos, introduzem-se crenças, práticas e ritos, que configuram uma genuína religiosidade popular. Importaria assim distinguir entre esta religiosidade popular, resultado de um sincretismo, e a religiosidade popular observada em algumas regiões, como no Chile e na Argentina, onde houve pouca fusão cultural e onde a religiosidade popular, que melhor seria chamada de catolicismo popular, se assemelha à observada também na Espanha ou em Portugal.

Hoje, as culturas indígenas estão submetidas ainda à pressão das culturas dominantes, não obstante o interesse crescente que se manifesta por seus valores e as tentativas empreendidas para protegê-los. Porém, a ameaça principal surge de outro horizonte totalmente distinto.

2ª) – A ameaça à cultura em si mesma

O advento da cultura *urbano-industrial* constitui não apenas uma agrsão às culturas indígenas, mas a toda cultura. Ocorre assim a indagação de saber se se trata de uma verdadeira cultura e se sua imposição não constitui antes um processo de desculturação. A palavra não seria aceita por um sociólogo, porque todo o grupo tem normas de viver e de conviver observáveis empiricamente. O termo desculturação implica assim uma inevitável conotação valorativa.

Como é possível que desde algum tempo o homem tenha encontrado, em todo esse gigantesco progresso, uma fonte de ameaça para si mesmo?

De que modo e por que caminho chegamos ao ponto em que, no coração mesmo da ciência e da técnica moderna, haja aparecido a possibilidade da gigantesca autodestruição do homem comprovada pelo emprego contra o homem daquilo que devia estar a seu serviço. (João Paulo II, Discurso em Le Bourget, 1º de junho de 1980).

O termo desculturação pretende assim designar o desconcerto cultural de uma sociedade dominada pelo afã de fazer e possuir sempre mais, sociedade na qual a acumulação de bens torna-se a meta suprema da existência. Quando a maioria dos membros da sociedade não sabe discernir o bem e o mal, quando inclusive não sabe se existe o bem e o mal, que resta a partilhar e transmitir pelos membros do grupo além de sua própria diferença pelos valores?

Este materialismo invade a cultura em todos os seus níveis. Destrói a relação do homem com Deus. Altera as relações dos homens entre si e suas relações com a natureza. A harmonia da existência social está perturbada. A ruptura entre as gerações no seio da família, a perversão da economia dominada pela tecnologia politicamente irresponsável, a anomia na sociedade política, na qual o direito da força substitui a força do direito, são todos efeitos implícitos ou subprodutos desta inversão que submete o espírito à carne e prejudica a harmoniosa integração da carne e do espírito na unidade substancial do ser humano.

A renovação da Cultura e a Centesimus Annus

“O indivíduo é hoje muitas vezes sufocado entre dois pólos: o Estado e o mercado. Às vezes dá a impressão de que ele existe apenas como produtor e consumidor de mercadorias ou como objeto da administração do Estado (...)” (CA §º 49). Nessas palavras da carta encíclica *Centesimus Annus*¹, o papa João Paulo II apresenta o problema fundamental que pretendo comentar neste trabalho.

A sociedade ocidental, a partir do século XX, tem flutuado entre os dois extremos mencionados pelo Santo Padre. Parece-nos estar presos entre a sedução do *estado de bem-estar social* e a do

capitalismo libertário. A primeira forma, constantemente buscada, nos leva à *fazenda dos animais* do socialismo estatal; a outra, à selva anárquica do Darwinismo social.

Para transcender ao dilema é necessário reconhecer que a politização e a comercialização não são as únicas alternativas. Num discurso recente, Mary Ann Glendon salientou a necessidade de ir além da dicotomia mercado/Estado.

Há um reconhecimento crescente de que os seres humanos não florescem caso as condições sob as quais trabalham e criam suas famílias estejam inteiramente sujeitas ao jogo das forças do mercado ou à vontade de burocratas distantes. A busca deve ser por alternativas práticas para, por um lado, os liberais de coração duro, e por outro, para a regulação desastrada e de cima para baixo.

O primeiro passo nessa busca, sugiro, é reconhecer que além das ordens política e econômica há uma terceira, mais fundamental do que essas duas. O sistema moral-cultural é, como tem insistido Michael Novak, o pressuposto tanto do sistema político quanto do econômico. Caso seja negligenciado, põe em risco o bom estado da sociedade. De fato, como diz Novak num outro lugar, “*o debate central de nosso tempo mudou de modo crescente da Política e da Economia para a Cultura.*”

A Cultura quase desafia sua própria definição, pois é uma atmosfera pervasiva em vez de um sistema articulado. É uma força social que cerca os indivíduos e os une em comunidades. Ela dá forma a preconceitos, idéias, valores, hábitos, atitudes, gostos e prioridades. O Concílio Vaticano II, na Constituição Pastoral *Gaudium et Spes* sobre a Igreja no Mundo Moderno, lida com Cultura, Economia e Política em três capítulos sucessivos, dando certa prioridade (ao menos de ordem) à Cultura sobre as outras duas. Desde o Concílio, Karol Wojtyła, antes e depois de sua eleição como papa, tem constantemente enfatizado a importância indispensável da Cultura. Em muitos de seus escritos, até mesmo na *Centesimus Annus*, ele ressalta que a Cultura é mais facilmente entendida do que a Economia ou a Política porque lida com as questões mais profundas da vida. Enquanto a Política e a Economia estão preocupadas com bens próximos e limitados, a Cultura tem relação com o significado da existência humana como um todo.

Ela examina o que somos como seres humanos e o que é a realidade nas mais amplas dimensões. Tocando, como o faz, no transcendente, a Cultura não pode fugir do mistério, até mesmo do mistério mais profundo de todos, que chamamos pelo nome de Deus. “No centro de cada cultura”, lemos na *Centesimus Annus*, “está o comportamento que o homem assume diante do mistério maior: o mistério de Deus” (CA §º 24).

A cultura, portanto, é inseparável da religião. João Paulo II provavelmente concordaria com o teólogo luterano Paul Tillich, que escreveu: “(...) religião é a substância da cultura e cultura a forma da religião (...) a religião não pode expressar-se mesmo num silêncio cheio de significado sem a cultura, da qual toma todas as formas de expressão significativas. E devemos reafirmar que a cultura perde sua profundidade e inesgotabilidade sem a supremacia do Supremo.”

É possível, certamente, para a Cultura negligenciar a questão de Deus e confinar seus horizontes ao temporal e ao visível. Mas, ao fazer isso se vulgariza ou erige falsos ídolos ao absolutizar algo menor que o Supremo. Essas formas superficiais e distorcidas de cultura não podem ser desmascaradas ou corrigidas exceto por uma forma de cultura mais elevada ou mais sólida. Negligenciar a formação da Cultura é, portanto, irresponsável.

Sob o Nacional Socialismo ou o Comunismo Leninista, foram feitos esforços para abolir a religião como uma força independente e para redefinir o humano em categorias exclusivamente desse mundo, particularmente em termos políticos e econômicos. Esses dois sistemas opostos eram parecidos, ao subjugar o econômico, o político e o cultural ao poder do Estado totalitário. Ambos os experimentos foram fracassos econômicos e políticos. No entanto, a falha mais fundamental era de natureza cultural. Ao introduzir o vazio espiritual da existência no centro desses sistemas, como expõe a *Centesimus Annus*, lançaram o coração do homem num turbilhão (CA §º 24). Ao fazer isso lançaram as sementes da própria destruição.

O gigantesco mal do Nacional Socialismo, com um recorde horripilante de violência e opressão, foi derrubado pela Segunda Guerra Mundial. O Comunismo Marxista, depois de tentar dominar

a metade oriental da Europa pela força bruta, entrou em colapso pelo próprio peso em 1989. Mas, o que tomará o lugar desses sistemas? Será que a Europa em especial, onde esses dois sistemas existiram bem caracterizados, redescobrirá suas raízes espirituais e religiosas ou irá cair em novas formas de materialismo e ateísmo prático? O presente cenário não é encorajador. Parafraseando o pensamento de João Paulo II, George Weigel nos traz as seguintes questões:

Será que as novas democracias poderão desenvolver sociedades preparadas para o livre exercício da criatividade humana no local de trabalho, na política e nos muitos campos da cultura sem se tornar libertina na vida moral pública? Será que o *consumismo* $\frac{3}{4}$ ou seja, o consumo como ideologia $\frac{3}{4}$ irá tomar o lugar do Marxismo-Leninismo como uma nova forma de servidão ao leste do Rio Elba? Será que isso já ocorreu no ocidente? Caso não tenha ocorrido, como podemos evitar seu triunfo? Se ocorreu, como podemos consertar o estrago e colocar a sociedade livre numa base moral mais sólida?

Essas perguntas chamam atenção para a importância vital dos fundamentos moral e cultural para um sistema político ou econômico satisfatório.

Principalmente nos Estados Unidos, há um sistema de capitalismo democrático de relativo sucesso apoiado por uma cultura que dá um forte tom moral e religioso ao tecido da sociedade como um todo. Michael Novak, numa série de excelentes livros, nos ensina a relação íntima entre governo democrático, uma economia capitalista e uma cultura definida pela religião. *“Capitalismo democrático”*, escreve, *“não é um sistema de livre empresa apenas. Ele não pode ser posto à margem da cultura moral que alimenta as virtudes e valores sobre os quais repousa sua existência”*. Noutro lugar, o mesmo autor ressalta que os encantos da sociedade livre, sem a direção da fé religiosa e da moral, estão levando a sérias disfunções comportamentais tais como drogas, crimes, divórcio, aborto, gravidez adolescente, dentre outros. A perda disseminada da virtude moral na sociedade americana, diz ele, gera, de um lado, um número cada vez maior de indivíduos hedonistas incivilizados, e, de outro, clientes esperando ser amparados pela sociedade.

“Quando um grande número de cidadãos não pode mais governar suas próprias paixões e sentimentos, é uma quimera imaginar que eles possam manter uma república autogovernada”.

Nas falas e cartas das recentes décadas, o papa João Paulo II fez muitas observações como essas. Na *Centesimus Annus*, comenta os perigos do consumismo, que arma ciladas para as pessoas numa rede de falsas e superficiais satisfações em vez de ajudá-las a experimentar suas próprias personalidades de forma autêntica (CA §º 41). Nos últimos parágrafos, fala da necessidade de reconhecer a verdade transcendente para uma sólida base racional para os direitos da pessoa humana e para resguardar do ressurgimento do totalitarismo (CA §§ºs 44-46). Os Direitos Humanos não podem ser invioláveis a menos que sejam objetivamente fundamentados em Deus como fonte.

Em outros escritos, o papa assevera que o Ocidente tem sofrido um declínio de influência cultural por conta de uma séria crise de Verdade. Essa é em essência uma crise metafísica. *“A visão objetiva da Verdade”,* escreve, *“muitas vezes vê-se substituída por uma posição subjetiva mais ou menos espontânea. A moral objetiva cede o lugar a uma ética individual, em que cada um parece propor-se a si mesmo como norma de ação, e querer que se lhe exija unicamente ser fiel a essa norma”.* Em algum outro lugar, o Santo Padre chama a atenção para o surgimento de uma *“anticultura, que se revela, entre outras formas, na violência crescente, nos conflitos sanguínários, na exploração de instintos e dos interesses egoístas”.*

A principal mensagem da *Centesimus Annus*, como a entendo, diz respeito não propriamente à Política e à Economia, mas, em vez disso, diz respeito à Cultura como sustentáculo de ambas. João Paulo II clama, acima de tudo, por uma restauração da ordem na Cultura, com horizontes transcendentais e a preocupação desinteressada pela Verdade, pelo Belo e pelo Bom (CA §º 36). Somente quando temos cidadãos preocupados com esses valores transcendentais é que podemos superar a tendência de priorizar os lucros em detrimento das pessoas e a autoindulgência acima do serviço responsável. Um relacionamento vívido com o transcendente pode fomentar o autocontrole, o espírito de serviço e sacrifício que

são requisitos para uma sociedade livre viável e uma correspondente Economia de Mercado. Sem tais comportamentos culturais não pode haver cultura de paz, não há civilização do amor (CA §º 51).

Recuperar o terreno cultural perdido não será fácil. Autores tais como Michael Novak e George Weigel ressaltam, de modo correto, os sintomas do declínio moral. O próprio papa fala em termos parecidos, mas é cuidadoso, como eles também o são, para não reduzir Cultura à Moral. A Moral, para sustentar-se, requer uma visão mais ampla. Ela não sobrevive como um mero conjunto de mandamentos e proibições.

A Cultura, digo mais uma vez, está orientada para o verdadeiro, o belo e o bom, pois isso tem lugar no coração e na razão humanas e não pode ser totalmente institucionalizado. Ela pode, no entanto, ter expressões institucionais sem as quais não poderia ser promovida ou transmitida com sucesso. A Verdade é tratada por instituições educacionais, de estudo e pesquisa; o Belo é promovido por museus, pela literatura e pelas artes, bem como pelos parques, jardins e similares. O Bem, na medida em que pode ser institucionalizado, é promovido pelas igrejas e grupos religiosos. Religião e Moral sempre foram íntimas aliadas.

As instituições de Cultura, tais como igrejas, escolas, editoras e teatros raramente podem se sustentar em nossa sociedade sem o apoio e a dependência tanto do Estado quanto do setor privado da Economia. Ambas as formas de patrocínio têm seus riscos. O governo, quando detém o controle, tende a excluir a Religião e a Moral para não se envolver em assuntos nos quais não tem competência. Seria inconstitucional para o governo do Brasil dar apoio direto a qualquer instituição religiosa. Quando o governo subsidia a educação, a pesquisa e as artes, logo tende a desviar de questões sobre a verdade e o valor últimos, que são precisamente as questões que mais merecem atenção. Projetos de cunho religioso estão em constante desvantagem na competição por assistência pública.

O apoio do setor privado, que parece ser a única alternativa viável ao financiamento do governo, tem seus próprios riscos. Quando os homens de negócio patrocinam a atividade cultural, eles tendem a transformá-la numa espécie de entretenimento, visando

auferir lucros. Em vez de elevar o espírito humano, a cultura popular dos meios de comunicação tende a rebaixar esse espírito ao explorar com insistência os apetites humanos por prazer e excitação. A Educação, as Artes, a Música e a Dramaturgia são deformadas quando usadas a serviço da propaganda ou convertidas em negócio. Até mesmo a religião pode se tornar um grande negócio, como é evidente no caso de algumas seitas evangélicas na televisão. Levada por interesses comerciais, a cultura dominante reforça o consumismo banal em vez de dar as devidas correções. Até um certo ponto, as doações de caridade privada e de fundações compensam essa deficiência. Nossas igrejas, universidades, museus e outras instituições culturais são generosamente mantidos por ricos benfeitores, mas não no grau que necessitamos para reorientar nossa cultura como um todo.

Nunca deveria ser esquecido que a Verdade, o Belo e o Bom, os transcendentais que servem para definir os objetivos da Cultura, não são totalmente separáveis uns dos outros. Em Deus, esses três transcendentais coincidem e, no mundo, eles surgem e decaem juntos. Se a religião promove a excelência moral e espiritual, ela o faz porque contém a Verdade. A Verdade mais elevada, de fato, é comunicada pela religião revelada, a religião do Bem absoluto que somente é Deus. A verdade de Deus brilhando adiante das glórias da natureza e da graça é também a suprema Beleza $\frac{3}{4}$ aquela Beleza, sempre antiga e sempre nova, que Santo Agostinho amou tão apaixonadamente e celebrou em palavras imortais nas *Confissões*. Os platônicos de outrora definiram de forma perspicaz a beleza como o esplendor da Verdade (*splendor veri*). A Carta aos Hebreus descreveu o Filho eterno como resplendor da glória do Pai (*Hb 1,3*). O mesmo resplendor, refletido nas feições humanas de Jesus e nos santos que o testemunharam, inspirou a grande arte e a arquitetura, a música e a poesia das épocas de fé.

Esses exemplos do passado parecem confirmar a validade do ponto de vista defendido por João Paulo II na *Centesimus Annus* de que a Igreja pode dar uma contribuição específica e decisiva para a autêntica Cultura (CA §º 51). Como “coluna e sustentáculo da verdade” (1 *Tm 3,15*), a Igreja pode ensinar o sentido da existência humana à luz da revelação de Deus. Ela mesma administra os

meios estipulados de graça e salvação sem os quais os seres humanos não podem erguer-se à sua verdadeira estatura. Uma Cultura sem base na religião revelada seria incapaz de ir ao encontro das necessidades reais dos indivíduos e das sociedades em nossa época ou, de fato, em qualquer época. A palavra de Deus em Jesus Cristo, no entanto, pode extrair a generosidade, o auto-sacrifício, a paciência e a esperança necessários para construir uma sociedade de paz, uma civilização do amor.

Nesses breves comentários, tentei expressar meu apreço por duas teses que creio centrais na *Centesimus Annus*: primeiro, de que tanto a Política quanto a Economia têm suas matrizes na Cultura e, segundo, de que a Cultura é incompleta sem religião. As ordens política e econômica não podem prosperar sem o apoio da ordem da Cultura, que fornece as convicções e valores sob os quais são afirmados o Estado e a Economia. O mundo da Cultura, ademais, toca de perto o da religião. Se tentarmos suprimir a dimensão do mistério último, ela se empobrecerá. A Cultura só tem a ganhar se abrir suas portas para Deus.

A religião, por sua vez, não precisa recair num pietismo tacanho, no dogmatismo ou no moralismo. Ela fomenta o Bem ao promover os empreendimentos intelectuais e artísticos, identificando-se assim com o verdadeiro e o belo. A Igreja se torna mais atraente, mais crível e mais influente na medida em que abraça o vasto mundo da Cultura, aceitando, purificando e elevando os mais finos frutos da criatividade humana. Até mesmo na Terra, a Igreja é chamada a assemelhar-se a Jerusalém celeste, descrita na Sagrada Escritura como uma bela esposa, brilhante como jóia, reluzindo ao esplendor de Deus (*Ap 21,2,10-11*).

Conclusão

Ao longo deste trabalho, puderam os leitores perceber que religião e cultura se interpenetram, e que não é possível dissociá-las, pois são elas inerentes ao Homem.

A religião tem sido posta de lado e, mesmo, passou a ser considerada como inexistente, já tendo sido até anunciada a morte de Deus, e a cultura tecnológica criou problemas e engendrou

contradições internas que a encurralaram em um impasse. É importante ter consciência clara dessas contradições e problemas. Nunca se falou tanto em paz e nunca foram feitos tão espantosos investimentos para a guerra. Nunca houve uma consciência tão clara da insuficiência de recursos para atender às necessidades mínimas da humanidade, e nunca houve uma corrida tão desvairada ao consumo crescente e conspícuo, exacerbado pela verdadeira manipulação publicitária da propaganda. Nunca se falou tanto em descolonização e nunca existiram formas tão sutis e tão poderosas de imperialismo. Nunca se sentiu tão dramaticamente a devastação causada pelas paixões desencadeadas e nunca houve tanta complacência com a permissividade. Nunca se falou tanto em meio ambiente e nunca se estimulou uma utilização tão predatória da natureza.

O aferro a altos padrões de consumo e a um sentido reduzido à busca do ter mais, a concepção do desenvolvimento entendido como meta meramente quantitativa, são dificuldades extremamente perniciosas que precisam ser corrigidas. E isso só poderá ser conseguido quando as exigências éticas deixarem de ser postergadas, e os valores religiosos e culturais se encontrem dentro de um benéfico pluralismo universal.

Bibliografia

BIGO, Pierre s.j.ÁVILA, Fernando Bastos de s.j. *Fé Cristã e Compromisso social*. Edições Paulinas, 3ª Ed., Rio de Janeiro, 1986.

CALLOIS, Roger. *O Homem e o Sagrado*. Lisboa: Ed. 70, 1988.
CANCLINI, Nestor Garcia. *As Culturas Populares no Capitalismo*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

DURKHEIM, Emile. *As Formas elementares da Vida Religiosa*. São Paulo: Ed. Paulinas, 1989.

GLENDON, Mary Ann. "Beyond the Simple Market-State Dichotomy". In: *Origins*, 26 (May 9, 1999): 797.

HOLANDA, Aurélio Buarque de. *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1975.

JOÃO PAULO II, Papa. “Convite às novas gerações a constituírem uma cultura da paz”. [Discurso ao Pontifício Conselho para a Cultura, em 16 de janeiro de 1984]. In: *L’Osservatore Romano*, Edição Semanal em Português, Ano XV, Número 5 (739), 29 de janeiro de 1984, 1(45) & 3(47). §8.

JOÃO PAULO II, Papa. *Encíclica Centesimus Annus*.

MONTOYA, Pedro Córdoba. Religiosidade Popular: Arqueología de una Noción Polêmica. IN: Santajó. C. Alvares e Outros, 1989: 70 - 81.

NOVAK, Michael. *O espírito do Capitalismo Democrático*. [Tradução de Hélio Pólvora]. Rio de Janeiro: Nórdica, 1985. p. 216.

SATRIANI, Luigi M. Lombardi. El Hambre como derrota de Dios. In: SANTAJO, C. Alvares e Outros, 1989: 55-69.

TILLICH, Paul. *Systematic Theology – Volume 3*. Chicago: University of Chicago Press, 1963. pp. 248-249.

VOVELLE, Michel. *Ideologias e Mentalidades*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

WEIGEL, George. *Soul of the World: Notes on the Future of Public Catholicism*. Grand Rapids: Wm. B. Eerdmans Publishing Company, 1996. p. 141.